

O ENSINO DE HISTÓRIA NA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA

Alexandre Cândido de O. Campos / FEUSP

acandido@usp.br - Bolsista CNPq

Resumo:

Este estudo tem como foco a forma pela qual os professores de História, organizados em torno da ANPUH, abordaram a questão do ensino dessa disciplina. Focaliza a frequência e as temáticas privilegiadas pelos artigos sobre ensino de História publicados na Revista Brasileira de História.

Palavras-chave: Revista Brasileira de História; Ensino de História; ANPUH.

INTRODUÇÃO

A grande abrangência da escola pública, sobretudo no que se refere ao ensino fundamental, é fenômeno recente na história da educação brasileira. Ainda que várias mazelas sociais impeçam o acesso da totalidade das crianças em idade escolar às salas de aula, é inegável o avanço do ensino público nas últimas duas décadas, que fez ingressar em seu espaço crianças oriundas das várias camadas populares.

Diante dessa nova conjuntura o currículo escolar praticado até então sofreu tensões de diversas frentes. Em primeiro lugar da elite brasileira, pois a educação, que fora historicamente moldada para a reposição dos quadros dirigentes do país – e que há pouco viera a atender também (de forma diferenciada) à classe média emergente –, agora precisava contemplar a todos. Como manter os diferenciais de classe diante de uma “certificação escolar” generalizada?¹

Em segundo lugar dos próprios profissionais da educação, que se viram diante das gritantes diferenças culturais trazidas para o interior das escolas pelas crianças das mais variadas origens. Como abordar a religiosidade católica num espaço onde se encontram praticantes de diversas religiões? Como *narrar* a história dos brancos para uma clientela predominantemente negra? Como pensar um ensino humanístico para uma população que não tem acesso aos mínimos bens culturais ou materiais?

Tais problemas poderiam até obter algumas respostas provisórias, porém – e aqui anunciamos uma terceira tensão –, os próprios paradigmas nos quais o modelo escolar estava ancorado, já não gozavam de saúde suficiente para travar mais essa batalha. Para o paradigma educacional emergente não bastava negar um ensino católico, branco e elitista. Não se tratava de construir uma outra narrativa, mas de questionar as narrativas em si. Como ofertar a todos um saber que estava, ele próprio, em questão?

Assim, a partir da década de 1980 vivemos um período de reconstrução da escola. Projetos educacionais de distintas orientações são implementados nas diversas redes de ensino do país buscando lidar (no mínimo) com as três tensões anteriormente levantadas.

No caso específico do ensino de História há que se registrar os impasses gerados pela questão dos Estudos Sociais. Com a Lei 5.692/71, no ensino de 1º grau as áreas de História e Geografia deram lugar aos Estudos Sociais, à OSPB e à Educação Moral e Cívica, de orientação mais aproximada ao civismo que à crítica social.

Ainda que as entidades de categorias como a ANPUH tenham resistido incansavelmente a essa reformulação durante toda a década de 1970, é apenas na década de 1980, com o declínio da Ditadura Militar, que os Estudos Sociais começam a perder espaço. Por conseguinte, nos anos 1980 e 1990, a tarefa que cabe aos professores de História e Geografia passa a ser a reconstrução de suas disciplinas.

É nesse contexto educacional que o ensino de História trabalhado pela Revista Brasileira de História se enquadra.²

A REVISTA

Durante as primeiras duas décadas de existência da ANPUH o principal meio impresso de comunicação da entidade eram os Anais dos simpósios realizados. É com o objetivo de uma publicação mais abrangente que a Revista começa a ser pensada. Em 08 de agosto de 1980, após a resposta positiva da CAPES em relação ao financiamento de dois números, a diretoria da ANPUH se reúne com o propósito de discutir os aspectos gráficos e a forma de distribuição da Revista.

No decorrer do debate sobre o periódico discutiu-se a parte prática da edição, a saber: de uma lista de nomes sugeridos para título da publicação escolheu-se **Revista Brasileira de História**, órgão da ANPUH; com periodicidade de dois números anuais, cerca de 200 páginas. Quanto ao conteúdo, a publicação constará de três áreas: a – **artigos**, com número máximo de 20/25 páginas, sem clichês, ou com estes correndo por conta do autor, sendo 5/6 por número; b – **bibliografia**, cerca de 25 páginas por exemplar, com relação de obras publicadas sobre História em forma de listagem, noticiário sobre revistas internacionais, com índices de artigos e, posteriormente, resenhas; c – **noticiário**, cerca de 25 páginas com informações sobre Núcleo Regionais, Encontros Regionais, Encontros de História nacionais e internacionais e comunicados sobre outras Associações; o preço para sócios inclui-se na anuidade, para não sócios a ser resolvido posteriormente; a edição calculada em cerca de 1000 exemplares por número; o n.º 1 será distribuído aos sócios, durante o simpósio³ e deverá ser enviado às Universidades, Centros de Documentação e Bibliotecas para obter assinaturas, e numa fase posterior, livrarias.⁴

Essa primeira idéia da estrutura da Revista, de certa forma, se manteve em todos os números. A mudança ficou por conta da própria ampliação do periódico – aumento do número de páginas e da quantidade de seções internas – e aperfeiçoamento do periódico, como o que ocorre ao se publicar números temáticos.

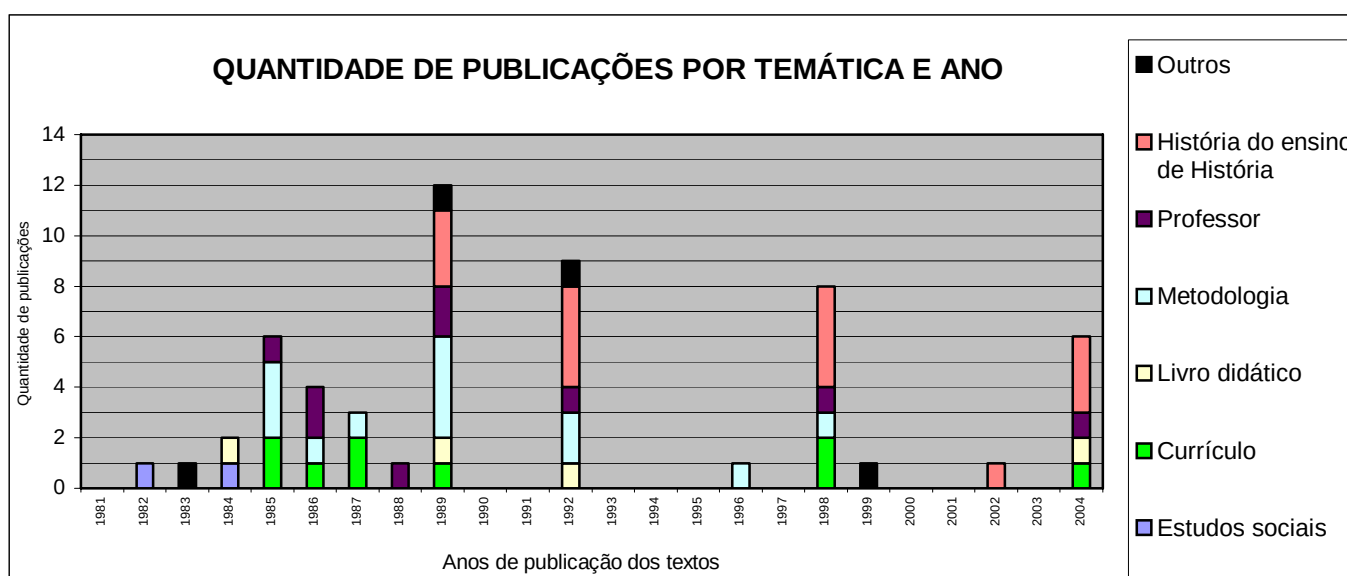
Nas revistas de número 07, 10 e 12 há uma seção intitulada “questões didáticas”, destinadas especificamente à temática do ensino de História. Nos números 13 e 15 a seção passa se intitular “ensino”, uma justa alteração, considerando que os textos publicados até aquele momento na seção se mostravam bastante amplos para serem enquadrados estritamente como “questões didáticas”.

Porém, os textos sobre ensino de História não foram publicados exclusivamente nessas seções, sendo encontrados nos “Noticiários”, “Polêmicas”, “Crítica bibliográfica”, “Artigos”, etc. Em alguns casos a Revista é dedicada inteira ou parcialmente à questão do ensino, como ocorre com os números 19, 25/26⁵, 36 e 48.

UM DIÁLOGO COM OS DISCURSOS OFICIAIS

Analisando a frequência das publicações sobre ensino de História na Revista Brasileira de História (RBH), o que se percebe é que os textos foram elaborados, sobretudo, nos contextos de políticas educacionais específicas – direta ou indiretamente respondendo a questões provocadas por elas – ou objetivando a divulgação de resultados de pesquisas de pós-graduação relacionadas à questão do ensino de História.⁶

Observando o quadro das publicações e analisando o teor de cada texto pode-se ter uma idéia das principais iniciativas oficiais com as quais os autores dialogam.



Nos primeiros anos da Revista os textos refletiram, ainda, os questionamentos em torno da questão dos Estudos Sociais⁷ e trataram das dificuldades para a reconstrução da área de História dentro de uma nova perspectiva.⁸

A partir de 1985, o ambiente político-educacional em que os artigos foram publicados foi marcado por debates mais localizados ocorridos no estado de São Paulo, quando a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) – órgão ligado à Secretaria de Estado de Educação – promoveu as discussões para a elaboração das referências curriculares de sua rede de ensino.

Ainda que os textos não tenham tratado especificamente daquela reforma, os momentos de mais intensidade de seus debates coincidiram com os anos de maior

publicação dos textos de ensino na RBH: 1986 (início das discussões das propostas pelos professores da rede); 1988 (último ano de discussão das propostas pelos professores); 1992 (quando a versão definitiva, elaborada por professores universitários, foi divulgada).

Já os artigos publicados a partir de 1996 parecem se enquadrar no contexto das discussões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). É sintomático, nesse sentido, o fato de o ano de 1998 (ano seguinte à publicação do volume 5 dos PCN – “História e Geografia”) sobressair em relação ao número de textos sobre ensino de História que constam na Revista.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ÁREA DE PESQUISA

Se a frequência das publicações indica um diálogo com os discursos oficiais, acredito que as temáticas abordadas por esses textos revelam a preocupação dos historiadores com a construção de uma área de pesquisa: a área do ensino de História.

Classificar os textos segundo as temáticas que enfocam não é uma tarefa que possa ser cumprida de maneira definitiva.⁹ Outros olhares sobre os textos podem classificá-los em temáticas diferentes. Pode-se avaliar que as temáticas que proponho não dêem conta dos assuntos que os textos abordam. Tenho a impressão de que em uma segunda ou terceira análise que eu mesmo fizesse dos textos os classificaria de modo diferente.

Porém, ao criar categorias para os textos estudados não busco engessá-los em grupos temáticos predefinidos, antes me proponho a um exercício de raciocínio sobre os artigos de forma a poder detectar constâncias que possam ser cotejadas com os cenários político-educacionais em que se encontram.

Assim, ainda que a imprecisão da classificação afete os dados no que se refere à “sintonia fina”, considero bastante confiáveis alguns sinais mais gerais detectados. Se efetuarmos, por exemplo, uma comparação entre as publicações anteriores a 1990 e as posteriores a esse ano, veremos que os artigos que enfocaram a “História do ensino de História” – que representava 10% das publicações sobre ensino¹⁰ – alcançou 45% dos textos no período de 1991 a 2004.

Num movimento contrário, as discussões sobre “metodologia” do ensino de História, que ocupavam quase 30% dos textos sobre ensino de História publicados antes de 1990, nos anos posteriores representaram a metade daquele índice: 15% das publicações.

Também a temática sobre o “professor” de História – que abarcou textos que trataram de sua formação inicial e continuada, das condições de trabalho na escola, da relação “teoria e prática” de ensino, do diálogo entre escola básica e universidade, da autonomia docente, etc – perdeu espaço na Revista: de 20% para 12%, se compararmos as publicações anteriores e posteriores a 1990.

O que se pode perceber desses dados é que houve um direcionamento da preferência para a tematização de fundamentos do ensino de História (história do ensino de História) em detrimento da proposição de “modelos” para o ensino de história (metodologia)¹¹. Esse movimento – associado ao contexto mais amplo das publicações gerais dos historiadores nos últimos 20 anos e dos assuntos abordados em seus encontros profissionais no mesmo período – indica a formação de uma área de pesquisa, uma vez que as pesquisas sobre a história do ensino de História oferecem sólidos subsídios teóricos a outras pesquisas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma das afirmações deste estudo é de que os textos sobre ensino de História na RBH dialogam com os discurso oficiais. Isso ocorre por, primeiramente, porque é inevitável nos sentirmos provocados quando se abordam algo que faz parte de nosso cotidiano. Em segundo lugar, porque é uma tarefa de nossa profissão oferecer à sociedade os subsídios teóricos necessários para que ela tome suas decisões político-educacionais. Em terceiro lugar, porque o espaço curricular é um espaço de poder.

Assim, por exemplo, o objetivo de implodir os Estudos Sociais não pode desvinculado da intenção de conquista de espaço profissional.¹² Se considerarmos os três eixos elementares que, para Nóvoa (1992), realçam os limites de uma profissão – o associativismo, a legitimação pelo Estado e o controle de um saber especializado – pode-se

afirmar que a ANPUH buscou congregar todos esses elementos na luta contra os Estudos Sociais, motivos que não deslegitimam nem um pouco o empreendimento da entidade.

Por de trás dessa discussão dos Estudos Sociais – mas também em relação à reforma curricular do estado de São Paulo e aos PCN – está a questão da interdisciplinaridade. Os Estudos Sociais não seriam uma boa forma de integração entre as disciplinas que tratam da ação humana em sociedade? Uma resposta negativa a isso não pode se restringir à crítica ao civismo exacerbado realizado em torno dessa área de conhecimento durante a ditadura militar. Seria o mesmo que dizer que, agora, sem ditadura, poderíamos aceitar a volta daquela experiência.

O problema dos Estudos Sociais é epistemológico. Além de os principais estudos sobre currículo não recomendarem que a integração disciplinar ocorra meramente com a criação de novas disciplinas¹³, os Estudos Sociais desconsideram os objetos e os métodos próprios das disciplinas que o compõe.

Por isso, vários dos problemas presentes, hoje, no ensino de História se referem à falta de clareza quanto aos métodos e objetos da sua disciplina de referência. Trata-se de um problema mais amplo e de mais longa data. Assim, seria necessário reconstruir não só o ensino de História, desfigurado pela ditadura militar, mas a própria concepção de história, que se tornou rarefeita devido, entre outras causas, a uma denúncia exagerada contra o materialismo histórico.

Os textos analisados neste estudo abordam muito pouco essa questão. No entanto, é preciso considerar que isso ocorre principalmente porque que aquela questão extrapola a temática do ensino. Esse debate tem sido contemplado pelos historiadores em outros textos na Revista Brasileira de História.

Não podemos esperar, porém, que algum dia tenhamos uma concepção de História consensual que oriente a prática com essa área de conhecimento no ensino básico. É preciso que os historiadores, *em todos os níveis de ensino*, estejam inseridos nos debates historiográficos e tenham autonomia para desenvolver sua prática profissional.

Por isso, mais do que dialogar com os discursos oficiais, seria necessário dialogar com os historiadores que atuam no ensino básico. Esse frágil diálogo não se explica somente pela falta de participação dos próprios professores, é preciso admitir que é da vontade de alguns associados da ANPUH¹⁴ que se mantenha a diferença entre historiadores do ensino superior e historiadores do ensino básico, visando a manutenção do reconhecimento social desfrutado pelos primeiros.¹⁵

No entanto, preferir realizar discussões mais densas a publicar modelos de prática de ensino, é bom sinal de reconhecimento, pelos autores e editores da RBH, da complexidade da prática professoral.

Como se vê a relação com o saber não é pacífica e a Revista Brasileira de História não é um instrumento “neutro”. Caracteriza-se como um espaço onde se entretecem os paradigmas (educacionais e historiográficos) e as conjunturas (das políticas educacionais específicas, dos projetos internos da própria entidade, etc.).

¹ Essa problemática é exemplarmente abordada por Bourdieu ao analisar a expansão escolar francesa. Cf.: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 145-183.

² Um estudo mais completo sobre as publicações relacionadas ao ensino de História nas décadas de 1980 e 1990 – que abrange as publicações da Revista Brasileira de História, mas que não se restringe a elas – foi realizado por Flávia Heloísa Caimi em: CAIMI, Flávia H. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

³ A autora está se referindo ao XI Simpósio realizado em João Pessoa em 1981, no qual se comemoraram os 20 anos da Associação.

⁴ GLEZER, Raquel. A fundação da revista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 130, 1981.

⁵ Publicadas num mesmo impresso.

⁶ No entanto, em muitos casos, as centelhas que impulsionaram essas pesquisas também surgiram no calor dos debates fomentados pela implementação de políticas educacionais.

⁷ GLEZER, Raquel. Estudos Sociais um problema contínuo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 117-149, mar. 1982.

⁸ GLEZER, Raquel. Novos livros e velhas idéias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p.149-154, mar. 1984.

⁹ Já foi bastante trabalhoso, aliás, selecionar os textos que poderiam ser classificados como sobre “ensino de História”.

¹⁰ Todos esses artigos foram, sintomaticamente, publicados no final daquele período: no ano de 1989.

¹¹ Ainda que os textos contemplados nessa temática não tenham sido reduzidos à mera instrumentalização. Eles realizaram uma discussão mais profunda sobre os procedimentos de ensino na área de História.

¹² GLEZER, Raquel. A ANPUH e o ensino de História: balanço crítico. *Anais do Seminário “Perspectiva do ensino de História”*. São Paulo, FEUSP, 1998, p. 140-143.

¹³ SANTOMÉ. *Globalização e interdisciplinaridade*. O currículo integrado. Porto Alegre, Artmed, 1998.

¹⁴ Que apesar de aceitar o ingresso de professores do ensino básico não abandonaram a letra “U” de sua sigla, relativa a “universitários”.

¹⁵ RICCI, Cláudia S. A academia vai ao ensino de 1º e 2º graus. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 135-142, mar. 1989.